

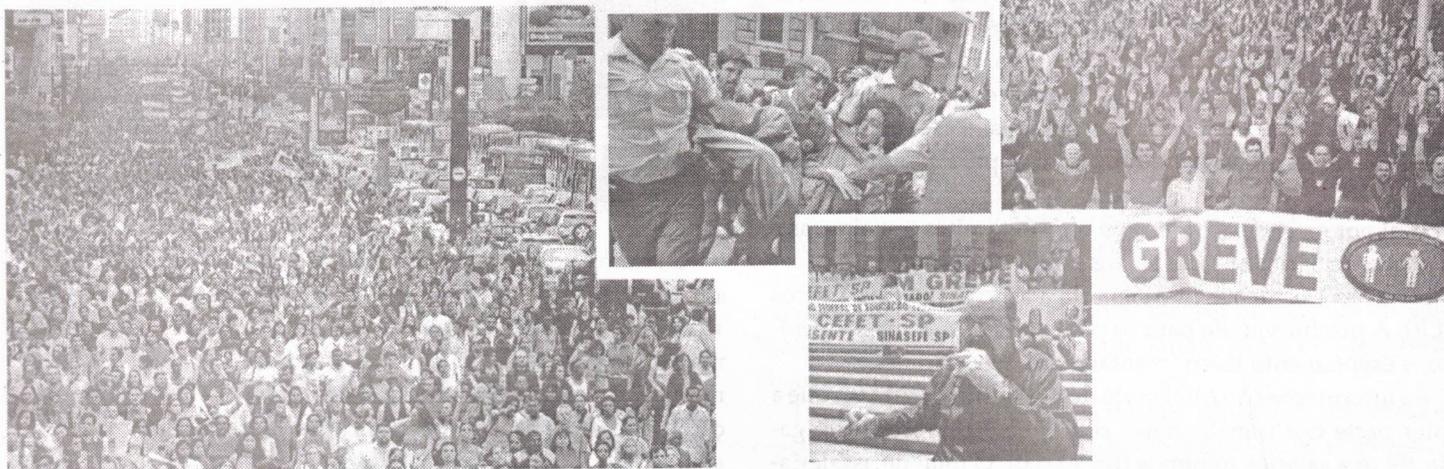


EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 17 - Nº 308 - DE 17 a 24 de OUTUBRO DE 2005 - R\$ 1,50

As massas retomam a ação pelas reivindicações



**O referendo do desarmamento é uma farsa!
Não vote ou, se lhe obrigam, vote nulo!
Em defesa do armamento geral das massas!**

Diante da disputa entre as quadrilhas da burguesia,
é preciso manter a independência de classe e defender
o método da ação direta, contra as saídas institucionais:

Tribunais Populares
para julgar o governo e punir a burguesia
pelos seus crimes de classe!

**Bolívia: as massas
rejeitam as eleições**



**Greve geral
na França**

Denúncias do capitalismo

Aumenta a produtividade e cai o salário dos operários

Os dados do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial indicaram o crescimento da produtividade do setor industrial. No primeiro semestre de 2005, houve um crescimento de 3,2% em comparação ao ano passado. Para os empresários, esse número é muito positivo. Aumenta-se a produtividade com redução de emprego e diminuição de horas-extras.

Em 1990, cada operário produzia o equivalente a 6,61 carros ano. Em 1994, passou a produzir 12,95. Enquanto que o número de operários reduziu de 138 mil (1990) para 90,7 (2003). Esses números falam por si: mais produtividade e menos operários.

Os capitalistas combinam dois mecanismos: 1) investimentos em maquinários/equipamentos; 2) superexploram a força de trabalho. Contam com isso com a colaboração da burocracia sindical por meio de acordos que cortam direitos trabalhistas e mantêm os salários os mais baixos possíveis. Escondem a superexploração por detrás da farsa da Participação dos Lucros (PLR). A produtividade para os patrões é lucro. Para os operários, é esgotamento físico/mental e miséria salarial.

As informações do Ministério do Trabalho confirmam que a maior parte dos trabalhadores com vínculo empregatício ganha até três salários mínimos (R\$ 900,00). O total de assalariados que ganham até três mínimos aumentou de 58,1% para 64,2%. Reduziu o número de trabalhadores que recebem acima de três mínimos de 41,7% para 35,5%.

Como se vê, os salários estão cada vez mais baixos. Os patrões demitem e quando contratam o fazem com salários menores. Os dados acima de rebaixamento salarial são para os que têm carteira assinada. Ainda é mais grave, porque a maioria dos trabalhadores está na informalidade. Aí não há salário fixo, prevalecem as malditas comissões de vendas, não têm direitos trabalhistas e não existem aposentadorias.

A mudança dessa violenta situação só virá por meio da luta coletiva, da luta de classe. Enquanto existe uma minoria que se apropria da riqueza produzida, a maioria padece do desespero do desemprego e dos salários de fome.

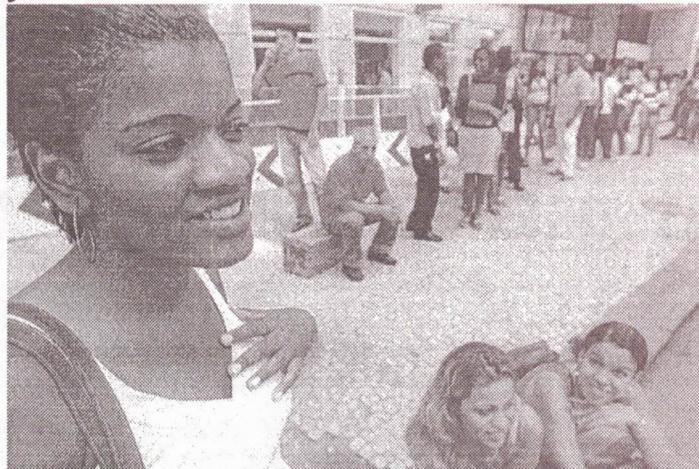
Diminuiu o consumo de feijão

Na mesa do brasileiro não falta feijão, dizia o ditado popular. Mas o Ministério da Saúde foi obrigado a admitir o que já ocorre com frequência bairros pobres de todas as capitais. Diz a pesquisa que o povo está "comendo cada vez pior".

A verdade é que o feijão tem comparecido como mistura. O consumo caiu 30% nesses últimos trinta anos. O governo quer mostrar que a população mudou de hábitos. Falso. O consumo caiu porque o feijão se tornou uma comida cara.

O governo ainda indicou "recomendações" para uma alimentação "adequada": Coma 1 porção de feijão e 6 de grãos por dia; 3 de frutas e legumes; 3 copos de leite e uma porção de carne. Mas manteve o salário mínimo de R\$ 300,00, que torna proibitivo o consumo até do feijão.

O capitalismo mutila a juventude



O relatório do Conselho Econômico e Social da ONU (órgão do imperialismo) divulgou que 208,6 milhões de jovens entre 15 e 24 anos sobrevivem com menos de 1 dólar por dia (pouco mais de dois reais). E 515 milhões vivem com apenas dois dólares diários. No mundo, há 1,1 bilhão de jovens (18% da população), sendo que a maioria se encontra nos países capitalistas atrasados.

Esses dados estarecedores demonstram a mutilação de toda uma camada da população, numa idade onde está pronta para desenvolver suas capacidades teóricas e práticas. O capitalismo não oferece emprego e escola para milhões de jovens. Reserva a essa juventude a barbárie de um sistema que se desagra.

Defender a juventude é lutar contra o capitalismo.

A que se deve a baixa escolaridade do trabalhador?

A pesquisa do Serviço Social da Indústria (Sesi) demonstra que a escolaridade dos trabalhadores com carteira assinada quase não cresceu nos últimos anos. Esses trabalhadores têm na média 6 anos de escola. Dos 29.543 milhões, 1% é analfabeto; 26% têm o ensino fundamental; 8,7% o médio; 3,4% o superior inacabado e 14,6% possuem nível superior. Conclui que os trabalhadores brasileiros são menos escolarizados do que os argentinos (média de 9 anos) e chilenos (média de 12 anos).

Há um dado que a pesquisa não revela. Boa parte desses trabalhadores escolarizados está na condição de analfabetos funcionais. Estiveram por alguns anos nas escolas, mas quase nada aprenderam. Outros fizeram a suplência para obterem o diploma exigido no emprego.

Os seis anos de escolaridade revelam que a maioria dos assalariados não teve acesso à escola em seus diferentes níveis. E isso se deve às condições de trabalho, as longas jornadas que impedem a combinação com os estudos, a falta de vagas nos cursos noturnos, a situação de penúria das famílias (todos têm de "ajudar em casa") e longos períodos de desemprego, que impedem a locomoção até as escolas (custo das passagens de

ônibus).

A elevação cultural das massas trabalhadoras não pode ser alcançada no regime em que vivemos. O capitalismo mutila as capacidades físico/mentais e condena uma parcela à viver na condição de semi-analfabeto. Ao mesmo tempo que o capitalismo desenvolveu ao máximo a capacidade produtiva (meios tecnológicos, maquinarias etc) não pôde estender seus benefícios à totalidade da população trabalhadora. Trata-se de um sistema que tem de ser combatido para que todos tenham acesso à riqueza produzida e possam dar um salto na elevação cultural.

Greve geral na França

Os trabalhadores franceses movidos pelo crescente desemprego, arrocho salarial e perda de direitos paralisaram o país por 24 horas. Exigem mudanças nas leis trabalhistas e econômicas para que novos postos de trabalho sejam criados e que as conquistas não sejam arrancadas.

Se no passado, os trabalhadores europeus puderam ter seus empregos protegidos, agora recaem sobre eles o peso da crise mundial do capitalismo.

O agudização da contradição entre a potencialidade das forças produtivas e a existência da propriedade privada monopolista de produção e distribuição de riquezas faz com que as



consequências atinjam não só os explorados dos países submetidos à opressão nacional mas também os trabalhadores dos países imperialistas.

A unidade internacional dos trabalhadores é de fundamental importância. A destruição da Internacional Comunista, pelo estalinismo, provocou um retrocesso mundial na consciência coletiva dos explorados. Reconstruir o internacionalismo proletário é uma tarefa do momento.

O referendo do desarmamento é uma farsa! Não vote ou, se lhe obrigam, vote nulo! Em defesa do armamento geral das massas!

O referendo convocado para o dia 23 de outubro, sobre a proibição do comércio de armas no Brasil, não passa de uma farsa. Vencendo o "sim" ou o "não", está em vigor e continuará a valer o Estatuto do Desarmamento, que restringe o porte de armas a alguns setores (forças armadas, polícia, segurança privada, por exemplo) e a quem tem dinheiro para pagar as altíssimas taxas. A população já está e continuará sob a lei que põe na cadeia quem for pego com armas. Uma lei que será usada principalmente para punir os militantes dos movimentos sociais, em particular os sem-terra, quando pegarem numa espingarda para se defenderem dos capangas dos latifundiários, que estarão armados e protegidos pelo mesmo Estatuto do Desarmamento.

De onde surgiu o plebiscito

O Estatuto do Desarmamento está em debate há mais de seis anos no Congresso. Os parlamentares, manejados pelo poder econômico, vinham debatendo as consequências econômicas de realizar o desarmamento, que implicaria profundos prejuízos para a indústria armamentista nacional, e a supervalorização do material de contrabando com a proibição. De um lado se colocavam os parlamentares manejados pela indústria de armas instalada no país e comércio; de outro, dos importadores e das fábricas multinacionais. O impasse foi encaminhado com a realização de um referendo, que não abrange o conjunto do Estatuto do Desarmamento, mas apenas o seu decreto 35: o da proibição do comércio de armas no país. Que fique claro: proibição para os setores da população que não

podem portar armas de fogo, definidos pelo Estatuto do Desarmamento em vigor e que não está sob discussão.

O referendo não é sobre o desarmamento nem sobre o porte de armas. É sobre a proibição do comércio de armas para a população já desarmada pelo Estatuto. Na verdade, o que está em discussão é se a empresa Taurus e algumas menores terão ou não uma grande redução no seu faturamento. Se em geral os referendos são uma farsa que é apresentada à população como meio efetivo de decisão "democrática", quando na verdade ela está sob o manejo do poder econômico, este referendo é uma farsa ainda maior, porque oculta as verdadeiras raízes da violência.

Quem são as frentes parlamentares do "sim" e do "não"

Para a realização do referendo, se organizaram duas frentes parlamentares: uma conduzida pelo governo e seus aliados mais reacionários, que cinicamente defendem o desarmamento da população e o monopólio da violência armada pelo Estado, pelo "sim"; outra, pela direita mais raivosa contra os movimentos sociais, pelo fortalecimento da repressão e defesa individual armada da propriedade privada, pelo "não".

A frente do "sim" tem o apoio da igreja católica, de entidades pacifistas, de vários artistas e das direções governistas da CUT e UNE. Afirmam que a paz é resultado do desarmamento. Atuam assim em favor da institucionalização da criminalização da autodefesa dos movimentos sociais. Prestam um grande serviço aos exploradores.

A frente do “não” coloca-se em defesa do direito de armamento da burguesia e pequeno burguesia para protegerem suas propriedades. Reivindica maior repressão policial, com mais verbas para o policiamento, garantia de armas para ex-policiais e seguranças privados.

As duas frentes estão sob a direção dos setores mais reacionários do parlamento. Não é à toa: são os interesses dos grupos capitalistas ligados à fabricação de armas que estão em jogo.

Sobre quem recai o desarmamento e o resultado do referendo

A violência social é expressão da opressão de classe, das contradições do modo de produção vigente e do Estado que o sustenta.

Por cima, a crise capitalista leva frações do capital a buscar seus lucros nos meios ilegais: contrabando, tráfico de drogas, de órgãos humanos, de prostituição (inclusive de menores) etc. A ação e a disputa entre esses bandos responde por grande parte dos crimes existentes.

A repressão policial no Brasil mata mais que algumas guerras. Os assassinatos são o meio mais usado pela ação da polícia.

A miséria e falta de perspectiva de trabalho e estudo pressionam a população mais jovem para a criminalidade, e a se ligarem aos negócios da burguesia marginal. Em busca de sobrevivência, muitos são empurrados para os pequenos crimes, são mandados às cadeias ou às “Febem”, que se transformaram em escolas do crime organizado.

A violência cresce à medida que avança a crise do capitalismo. O Estado torna-se cada vez mais repressivo e violento: as guerras de ocupação imperialistas, o aumento da repressão policial e ataques aos movimentos sociais, as perseguições políticas às lideranças dos movimentos, criação de tropas especializadas na repressão social, tudo isso aponta no mesmo sentido.

A ditadura de classe dos exploradores se sustenta cada vez mais no uso da repressão a partir do Estado e de meios paramilitares. É a resposta desesperada da classe apodrecida historicamente e que assim se mantém com o poder político e econômico, diante da insurgência das massas.

A política de desarmamento tem sido empunhada pelos pacifistas, pelas igrejas e pelos partidos e correntes que agem pela conciliação de classes, ou seja, pela submissão dos explorados aos exploradores, pela preservação do capitalismo decomposto sobre a base de medidas assistencialistas, voltadas a conter a revolta dos explorados. O pacifismo religioso ou dos políticos burgueses cínicos serve aos interesses gerais da burguesia que oprime a maioria, concentra toda riqueza e assim pratica a maior de todas as violências: matar de fome e de doenças. A raiz de toda violência está na sociedade de classe, na forma capitalista de produção e distribuição de bens. O crime cresce porque o capitalismo destrói postos de trabalho, desemprega milhões, mantém na pobreza a maioria e empurra boa parte da juventude para a miséria absoluta.

É sobre a população assalariada que recai a proibição das armas. A burguesia continuará a ter seus exércitos, sua polícia e seus seguranças particulares armados até os dentes, seja com a compra de armas da indústria nacional, seja com a importação de armas. Os capitalistas do narcotráfico e do contrabando não

serão afetados, ao contrário, suas armas se valorizarão pela restrição legal. Os pequenos crimes são cometidos em 80% com as chamadas “armas brancas” (facas e outros objetos).

Mas aí daquele que tentar se defender da repressão policial e estiver portando arma.

A política militar do proletariado

O capitalismo em crise não cairá de maduro: pode continuar existindo a partir da destruição em massa das forças produtivas, do aumento da destruição das riquezas naturais, da elevação da repressão e militarização dos movimentos sociais.

A revolução social, proletária, é o meio dos explorados tomarem o poder político e econômico das mãos dos exploradores e iniciarem as transformações socialistas em direção ao fim de toda opressão nacional e social. Para realizarem essa tarefa histórica, as massas terão de derrubar violentamente a classe social caduca e apegada ao poder político e econômico. Terão de se armar para isso.

O armamento das massas é um processo histórico. É uma necessidade da crescente luta de classes e se realizará com a divisão das forças armadas, que no processo insurrecional se cindirão, uma parte das tropas se colocará ao lado dos explorados e abrirá os quartéis para que a população oprimida se arme com as melhores armas e possa enfrentar os exploradores e seus lacaios.

Até lá, os movimentos sociais têm de responder à repressão cotidiana da burguesia, seu Estado e seus bandos com a organização da autodefesa, que pela experiência vai mostrando sua necessidade e levando ao armamento coletivo.

O armamento das massas não virá pela compra individual de armas de fogo, ou seja, através do direito democrático de porte individual de armas. Virá pela ação coletiva e revolucionária dos movimentos sociais, e pela sua experiência contra a repressão capitalista. A defesa da ação violenta das massas mobilizadas por suas reivindicações contra a violência reacionária da burguesia é uma tarefa cotidiana do partido revolucionário.

Direito democrático?

O capitalismo em crise tem de atacar direitos democráticos elementares das massas, como a educação, saúde, previdência etc. O Estatuto do Desarmamento ataca mais um direito democrático: o da autodefesa coletiva dos movimentos sociais contra a repressão. A população em geral, que não tem armas, passa a ser proibida de tê-las; a lei diz que esse direito é apenas da burguesia, do seu Estado armado e dos seus capangas.

O armamento individual, reivindicado principalmente pela classe média, serve à proteção da propriedade privada. Esse “direito democrático” não contrapõe as massas à burguesia e seu Estado, ao contrário, alimenta o individualismo e a defesa da propriedade. As correntes que pregam o voto no “não” como de defesa dos direitos democráticos acabam submetendo as massas à farsa do referendo, à disputa interburguesa dos fabricantes de armas e alimentando as ilusões na via eleitoral.

A política proletária, de independência de classe, não se submete à disputa interburguesa e chama as massas a rechaçarem a farsa, não votando ou, quando obrigadas a fazê-lo, votando nulo, contra as duas frentes reacionárias da burguesia.

MST**Na mira do PFL/PSDB**

O presidente da CPI da Terra, senador Álvaro Dias, promoveu uma auditoria sobre o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa Agrária (Iterra) e a Associação Nacional de Cooperativas Agrícolas (Anca), instituições do MST que recebem verbas do Estado. Segundo Álvaro Dias, houve desvio de recursos.

O Tribunal de Contas da União (TCU) intimou o Iterra a devolver mais de três milhões de reais. Esse valor é parte dos nove milhões e quatrocentos mil recebidos pelo instituto no período que vai de 1999 até hoje, abrangendo vinte e sete convênios.

O que pretende Álvaro Dias (PFL)? Incriminar o MST e colocá-lo na ilegalidade.

Diz o senador que há uma "relação promíscua do Iterra com o MST", que "comprovam as suspeitas de que as invasões de áreas públicas e privadas são mesmo financiadas com dinheiro público".

Embora as verbas e os convênios passaram pelo governo FHC, a cobrança de responsabilidade recai sobre o presidente do INCRA, do governo Lula, Rolf Hackbart. É mais um episódio da disputa interna ao Estado com o PT, levado a cabo pelos partidos da burguesia (PFL/PSDB).

O PT e seu governo estão adaptados à política capitalista e não podem combater a ofensiva da oposição reacionária. Mas o essencial não está na atitude capituladora do PT/Lula e na disputa governamental. Está no objetivo de destruir o MST. Há algum tempo setores da reação latifundiária e da agroindústria trabalham por colocar o MST na clandestinidade.

O movimento dos sem-terra alcançou legitimidade pela força social, por expressar o fenômeno de desapropriação dos pequenos lavradores, por ocupar terras e defender a bandeira histórica de reforma agrária. Não pleiteou legalidade jurídica. Criou instituições juridicamente legais, como o Iterra e Anca, para se relacionar com o Estado e provavelmente outras instituições financiadoras.

Está aí aonde chegou a CPI da Terra (que deveria se chamar CPI de repressão ao MST). Pretende estancar a fonte de sustentação da organização do MST e de seu movimento de ocupação de terra.

A burguesia e seus governos admitiram financiar projetos do MST, vinculados aos assentamentos, com o objetivo de formar uma burocracia dirigente e controlá-lo. É o que se passa com os sindicatos cheio de dinheiro e com uma burocracia profissionalizada. No entanto, o movimento dos sem-terra depende dos assentamentos. Se estes não são promovidos pelo governo, não resta alternativa a sua direção a não ser dar vazão



às pressões dos acampamentos, que buscam a terra pelas mãos do Estado (da burguesia) ou por suas próprias mãos (ocupação).

Eis uma contradição: o Estado e seu governo não se dispõem a assentar milhares e milhares de camponeses sem-terra. Fazem projetos para ludibriar os camponeses e não para cumprir. E não têm como destinar recursos para milhões de pequenos agricultores, cujo destino é perderem a terra. O financiamento dado ao MST deve ser cortado, uma vez que as relações de classe

no campo caminham para o impasse.

Setores mais reacionários do capital querem que o Estado ponha fim ao processo de ocupações pacíficas, repressão violenta e assentamentos que não eliminam a luta camponesa pela da terra.

O Congresso Nacional está servindo de máscara democrática, com sua CPI da Terra, para combater o MST. Não é por acaso que o senador Álvaro Dias está à frente de uma campanha para criminalizar o MST.

É necessária a aliança operária e camponesa

Só há uma via para enfrentar a reação do capital: unir camponeses e proletário em um movimento pela revolução agrária, que será produto da revolução proletária. Os recursos materiais devem vir dos próprios trabalhadores – não se pode depender de nenhum centavo do Estado ou de outras instituições que limitam a luta camponesa no âmbito da propriedade privada dos meios de produção.

A reforma agrária é uma tarefa democrática do Brasil semi-colonial que a burguesia não cumpriu e não mais cumprirá. E os camponeses, isolados da classe operária, não terão como impor à classe capitalista o acesso à terra.

A concentração da propriedade agrária continua a avançar sob a agroindústria, combinada com a estrutura do velho latifúndio. A modernização capitalista de determinadas regiões e estados do país, impulsionada pela agroexportação, agrava ainda mais as condições de vida das massas camponesas. Grande parte não pode permanecer na terra e não tem como se proletarizar nos centros urbanos, repletos de desempregados.

O problema dos explorados está em superar as direções reformistas e corporativistas que bloqueiam a unidade do campo e da cidade. Mas a ofensiva da burguesia contra o conjunto dos explorados obrigará objetivamente a fusão do movimento operário e camponês. Para isso construímos a ferramenta histórica: o partido operário revolucionário.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

Eleições no PT**Ilusão à esquerda**

Cerca de 97% dos votos apurados dão vitória a Ricardo Berzoini (51,6%) sobre Raul Ponte (48,4%). A direção continua sob o controle do Campo Majoritário.

Analisamos pormenorizadamente o 1º turno no jornal *Mas* anterior, verificando que a corrente liderada por Lula foi debilitada com a crise do mensalão, mas que garantiu a posição de comando. Havia ilusão de que o PT poderia mudar sua fisionomia com a esquerda vencendo esmagadoramente a corrente do presidente da República.

Os lulistas de esquerda, divididos em várias correntes, atuaram contra os lulistas de direita sob uma condição – manter apoio ao governo e defender o PT a qualquer custo. O máximo que os opositores chegaram foi defender mudanças na política econômica do governo e apuração dos desvios da direção majoritária. Berzoini procurou acusá-los de fazer oposição ao governo, mas não passou de retórica para manter os votos dos filiados ligados de alguma forma ao Estado e ao caudilhismo lulista.

A disputa final entre o representante da burocracia partidária dominante, Berzoini, e o representante da burocracia partidária minoritária de esquerda (Democracia Socialista), Ponte, se deu num clima de confraternização.

A crise está ficando para trás. O presidente Lula retomou as iniciativas políticas. O capital financeiro internacional e nacional continua a prestigiá-lo. A economia não sofreu nenhum abalo significativo. Os trabalhadores continuam a garantir alta lucratividade para o capital, perdendo salário. O que favorece

O POR realizou no dia 8 de outubro o Encontro Operário. Uma dos temas de discussão foi o crescimento das lutas pelo emprego e salário. O documento que publicamos abaixo serviu de base para o debate e para nossa intervenção prática no movimento social.

Retomada dos movimentos grevistas

1. A política do patronato e do governo é de arrocho salarial e destruição de conquistas trabalhistas. Há uma orientação geral da burguesia de não conceder nenhuma reposição salarial e de intensificação de acordos de quebra de direitos. Os setores com data base no mês de setembro (bancários, metalúrgicos etc) enfrentam a ofensiva patronal de unicamente reajustar os salários de acordo com a inflação oficial. O governo, por sua vez, prepara as condições para aprovar algumas medidas contidas na reforma sindical e trabalhista, entre elas a substituição gradativa do imposto sindical por uma taxa negocial em torno de 12%, a legalização das Centrais, a regulamentação das negociações coletivas). A votação no Congresso (com quatro meses de atraso) do decreto do salário mínimo de R\$300,00 e o operativo do PT para rejeitar a proposta da oposição burguesa de R\$380,00 demonstram o quanto o governo está comprometido com a “estabilidade” econômica determinada pelos credores internacionais. A manutenção do arrocho, o salário mínimo de fome e a eliminação de direitos fazem parte dessa orientação geral, que tem como alicerce a permanência e elevação do superávit fiscal.

2. Depois de mais de cem dias de denúncias ininterruptas de corrupção, envolvendo o governo do PT/Lula e de intenso bloqueio às lutas exercido pelas direções sindicais, os trabalhadores premiados pelo desemprego e a miséria salarial iniciaram greves e manifestações em vários Estados. No dia 30 de setembro, os sapa-

teiros do Vale dos Sinos (RS) em greve ganharam às ruas de Sapiranga contra o desemprego, que alastra sobre a indústria de calçados. O protesto foi golpeado pela repressão militar, que acabou assassinando o diretor do sindicato dos sapateiros, Jair Antônio da Costa, no dia 30 de setembro. Os metalúrgicos do ABC, em particular os da Volks, estão paralisados exigindo o reajuste da PLR. O patronato apóia-se na exploração do trabalho (produtividade) para não atender a ínfima reivindicação de R\$5.500,00, embora a multinacional alemã tenha tido lucros exorbitantes no último período. A greve atingiu as fábricas de São Bernardo, Taubaté e São Carlos. Nesse momento, contrariando os interesses da burocracia sindical e desafiando o patronato, a greve na de São Bernardo já dura duas semanas.

3. Outros setores também vão à luta. A greve dos correios, que teve como centro a reivindicação salarial de 47,17%, piso de R\$931,75 e elevação do valor da cesta básica de 76 reais para 200 reais. A greve durou dez dias. Os bancários realizaram uma greve nacional. A reivindicação salarial de 11,77%, a PLR no valor de um salário mais um fixo de 788 reais, somados a 5% do lucro líquido dos bancos e garantia de emprego e 14º salário levaram a uma paralisação em 22 estados. Os banqueiros, que acumulam lucros gigantescos, ofereciam unicamente 4% de reajuste e uma PLR igual a do ano passado (80% do salário e um valor fixo de R\$733,00). A greve nos bancos das capitais foi duramente reprimida. O movi-

Que tipo de governo é esse?

As esquerdas que disputaram as eleições com o Campo Majoritário da camarilha Lula\Dirceu\Berzoini não precisam fazer essa pergunta. Os mais esquerdistas, considerando o leque petista, como *O Trabalho* que autoproclama a IV Internacional, não entram no mérito do caráter burguês do governo Lula e de sua política pró-imperialista. Fazem da ilusão política de esquerda. Ilusão de exigir do governo mudança na política ditada pelo grande capital.

Assegurada a presidência do PT e os principais cargos da executiva, bem como a possibilidade de compor com alas da própria oposição (Movimento PT), o Campo Majoritário tem tudo para anular as pífias conquistas das esquerdas. Esperam-se passar os últimos vendavais da crise – o caso Celso Daniel é um mistério que pode ainda abalar o governo – para o PT sair com a reeleição de Lula. As esquerdas do PT não fazem senão colaborar para a continuidade das ilusões eleitorais das massas e da capacidade da burocracia sindical em incentivá-las.

A tarefa revolucionária é clara: combater o PT e seu governo burguês defendendo o programa de reivindicação da maioria oprimida e construindo o partido do proletariado (POR).

mento grevista arrancou dos patrões um reajuste de 6%, abono de 1.700,00 e a PLR de 80% do salário mais um fixo de R\$800,00.

4.O funcionalismo federal por meios das Escolas técnicas e das Universidades estão a dois meses de braços cruzados. A reivindicação é o reajuste imediato de 18% e incorporação das gratificações. O salário-base desses professores é de R\$701,00, no final da carreira o máximo que alcança (próximo da aposentadoria) é de R\$1.308,00. O governo Lula se manteve intransigente em não abrir nenhuma negociação com o comando de greve. Contava com o desgaste natural de uma greve muito prolongada. Mas não foi o que ocorreu, a cada dia mais universidades foram engajando na luta grevista. Diante da manifestação em Brasília, o governo anunciou uma proposta de 10% para ser pago no ano de 2006. As assembléias vão julgar tal proposta.

5.No Estado de São Paulo, o governador Alckmin e o prefeito Serra, ambos do PSDB, têm ampliado a ofensiva de corte de recursos à educação e eliminação de conquistas do Plano de Carreira. Os trabalhadores da educação e estudantes iniciaram as lutas. Em relação ao ensino superior, Alckmin manteve o veto à Lei de Diretrizes Orçamentárias que previa 10% do ICMS para as Universidades. Portanto, eliminou o vínculo da verba destinada às universidades com a arrecadação (orçamento). O movimento ganhou força com a ação dos estudantes que ocuparam a Assembléia Legislativa e realizaram manifestações de rua. O governo agiu de forma truculenta, tropa de choque, bombas, prisões etc. A greve das universidades foi suspensa. Nem bem terminou essa greve, os professores da rede estadual realizaram uma manifestação gigantesca (mais 30 mil) contra a imposição de uma Lei que demite 129 mil contratados e institui contrato ainda mais precarizado de trabalho. Diante da disposição de greve, o governo retirou temporariamente o projeto de lei. A burocracia sindical teme a radicalização dos OFAs desempregados, por isso desmarcou a assembléia, inventou um ato unitário com as direções pelegas do funcionalismo e, mesmo assim, os professores rejeitaram as propostas da direção da Apeoesp e votaram por uma paralisação no dia 21 de outubro. A vitória desse movimento dependerá do avanço da mobilização e da unificação com o funcionalismo.

6.Os trabalhadores dos serviços informais (camelôs), na capital paulista, vêm enfrentando diariamente a tropa de choque de Serra/Alckmin. A prefeitura impede a montagem de barracas no centro e nos bairros mais populosos. Os camelôs agem com seus próprios métodos para defenderem o emprego. Os conflitos provocam prisões diárias e apreensões de mercadorias. Os patrões demitem, os comerciantes contratam seguranças privados para reprimir camelôs e governos não têm política de emprego para esse exército de desempregados que sobrevivem de pequenas vendas nas ruas da capital. E, por outro lado, o movimento permanece isolado dos demais trabalhadores. As direções sindicais não agem para unificar empregados, desempregados e camelôs.

7.Em Rondônia, os estudantes e professores saíram em defesa dos salários, melhores condições de ensino e da Universidade pública. O bloqueio de uma das principais rodovias, para exigir do governo as reivindicações, foi violentamente reprimido. As lideranças do movimento foram presas, espancadas e processadas. No dia 18 de outubro, iniciam os depoimentos contra os lutadores. Há uma campanha contra a farsa armada pelo governo e policiais para punir as lideranças, que já coletou centenas de assinaturas e moções de repúdio de sindicatos.

8.No Rio Grande do Norte, a situação da educação não é diferente dos demais estados. No município de Ceará Mirim a greve dos trabalhadores da educação durou 50 dias. A defesa do salário, emprego, contratação de funcionários e melhorias nas condições

de ensino conduziram o movimento a se chocar contra a prefeitura do PSDB, que tem no seu currículo uma trajetória de repressão e punição às direções sindicais e políticas.

9.O movimento camponês também retomou as ocupações de terra e prédios públicos por todo o país. Exige o cumprimento de um acordo assinado no dia 17 de maio com o governo Lula de assentamentos. Das 450 mil famílias previstas para serem assentadas pela "reforma agrária", somente 160 mil receberam os lotes de terra, nesses três anos de governo Lula. O "setembro vermelho", nome dado pelo MST, realizou ocupações em 19 Estados. A reação dos latifúndios e governos tem sido violenta. Basta lembrarmos que somente de janeiro a agosto desse ano 28 lutadores foram assassinados pelos latifundiários e pela polícia. Os camponeses sem-terra experimentam a política de suas direções, que em grande medida apóiam o governo. Não por acaso, as ocupações são ativadas e/ou bloqueadas dependendo das condições de pressão ao governo. É o que explica o bloqueio que o movimento teve nesse quatro meses de denúncias da oposição burguesa ao governo Lula. A movimentação que ora ocorre se dá exatamente no momento em que a crise política dá sinais de arrefecimento.

10.Portanto, os trabalhadores saem à luta em defesa do emprego, do salário, dos direitos trabalhistas, dos recursos à educação pública e da terra aos camponeses. O método é o da ação direta: greves, ocupações e grandes manifestações de rua. Porém, enfrentam a política corporativista de suas direções, que não organizam as ações unitárias, que pressupõem greves, assembléias e manifestações unificadas. Enquanto os governos e os capitalistas agem unificadamente contra o emprego e as condições de vida, a burocracia sindical (cutista e não-cutista) atua fragmentando a luta dos trabalhadores. Chega ao ponto de dividir o mesmo setor, a exemplo dos metalúrgicos, na campanha salarial, que foram separados em 9 grupos. Outro exemplo, a educação que se encontra dividida em municipais e estaduais. A burocracia sindical age contra a democracia dos trabalhadores, a ponto de anular as decisões coletivas e impor as da cúpula dirigente. Atua por cima dos interesses da classe e teme que as ações de massa fujam de seu controle. Forma uma camada de dirigentes descolada das reais necessidades dos explorados. Traz para o interior dos organismos dos trabalhadores a política burguesa. Os governantes e os capitalistas necessitam da burocracia para fazer valer os planos antinacionais e antipopulares.

11.A reivindicação de independência dos sindicatos/CUT da burguesia e seus governos é imprescindível para que a maioria explorada possa impor suas reivindicações por meio de seus próprios métodos, que é o da luta de classe. A defesa do emprego através da escala móvel das horas de trabalho, do reajuste e da reposição das perdas salariais, dos direitos trabalhistas que estão sendo arrancados, da terra aos camponeses, da saúde pública e da educação gratuita em todos os níveis constituem o ponto de partida para a mobilização. A luta pelas reivindicações transitórias possibilita compreender que a solução da fome e do desemprego são irrealizáveis no regime capitalista. Os sindicatos têm um papel importante nesse processo, mas desde que estejam sob o controle político do partido revolucionário. Ocorre que estão sob o comando de uma burocracia conciliadora. Independizar os sindicatos para que se transformem em instrumentos auxiliares da revolução proletária é uma tarefa fundamental de todos aqueles que se colocam ao lado da classe operária e demais explorados. Abandonar essa árdua tarefa em nome de que a burocracia é corrupta e governista contribui unicamente para que a casta de burocratas continue no comando das organizações sindicais. Atuar no seio das massas para quebrar o bloqueio exercido pela burocracia é um dever revolucionário. A constituição das frações revolucionárias no interior dos sindicatos é a tarefa do momento.

Manifesto do P.O.R à plenária da Conlutas

CONSTRUIR A LUTAS COMO UMA FRENTE DE UNIÃO DAS OPOSIÇÕES

Desde muito tempo que o *POR* se contrapõe a direção da CUT caracterizando-a como o braço sindical do reformismo petista. Alguns partidos que escondem sua história de integração física à Frente Popular e apoio ao PT até o passado recente, tentam colar a imagem da CUT ao *POR*, chamando-nos de defensores dela, com o intuito de confundir a nossa política com a do reformismo petista.

O *POR* combateu internamente no PT as idéias da Articulação. E em 1989 rompeu com ele, caracterizando a estratégia do governo democrático-popular (de conquistar reformas em prol dos trabalhadores por dentro do sistema capitalista, elegendo a tática eleitoral como forma de galgar os postos do Estado para, paulatinamente, de reforma em reforma, alcançar o socialismo) como uma política que levaria à adaptação do PT ao capitalismo e prostração diante da burguesia. Ao contrário dos nossos críticos, que fortaleceram as ilusões dos trabalhadores no caudilho Lula-PT como uma alternativa de esquerda opositora ao neoliberalismo e se adaptavam internamente a estratégia democrático-popular, o *POR* já alertava o caráter conciliador, traidor e de submissão do PT à burguesia.

Nos acusam de defensores da CUT porque somos contra a sua cisão. Baseiam-se no fato de que a CUT alcançou seu grau máximo de estatização com o governo Lula-PT e, portanto, devermos construir uma nova "alternativa sindical" - na verdade, uma nova central.

A integração da CUT ao governo do PT apenas tornou mais clara a sua estatização, mas não mudou sua qualidade. Há muito tempo que a CUT está estatizada. É na sua política e na sua direção que está a estatização e não no seu apoio ao governo. Amanhã, se o PSDB e PFL retomam o executivo, a CUT volta para a oposição burguesa e deixará ou diminuirá seu grau de estatização por isso? É claro que não.

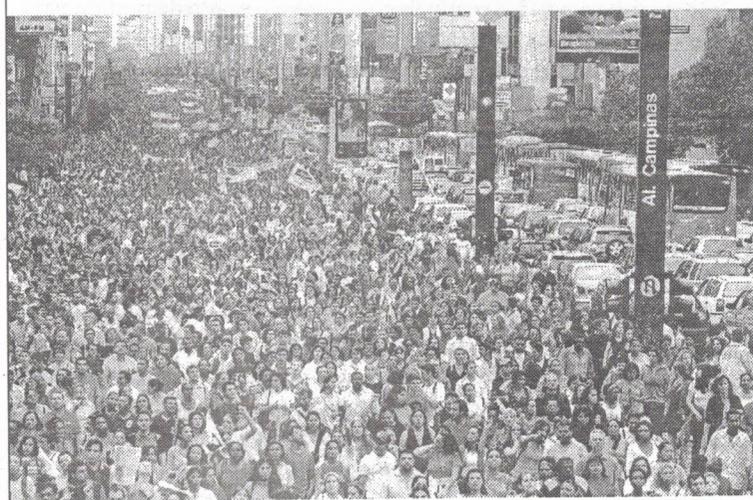
A estatização do sindicato é a sua anulação enquanto instrumento de união dos trabalhadores e centralização de suas lutas, utilizando-o para a sustentação do sistema. A política de conciliação de classes do PT estatizou a CUT. A direção petista

da CUT a anulou enquanto instrumento dos trabalhadores e o transformou em órgão do Estado burguês ao negociar banco de horas, acordos de diminuição de salários, flexibilização das leis trabalhistas, aceitou PDVs, isolou e quebrou greves como a dos petroleiros em 1995. Em 1996, o *POR* já chamava a atenção para isso nas suas resoluções sindicais, acrescentando que a estatização da CUT ocorria em plena democracia burguesa, ou seja, sem precisar da intervenção e tutela direta do Estado nos sindicatos.

Somos contra a cisão da CUT porque a maioria dos sindicatos ainda estão com ela, portanto, a maioria dos trabalhadores. Cindir a CUT numa situação minoritária é enfraquecer a força dos trabalhadores quebrando a sua unidade e abandonar a luta pela consciência da maioria, deixando-os a mercê do PT e PCdoB, ao isolar a vanguarda que desperta da grande maioria ainda iludida. Alguns partidos foram incapazes de construir uma fração revolucionária na CUT porque sua tática de aliança com os setores de "esquerda" da Central baseava-se nas disputas pelo aparelho nos congressos e encontros. Após isso, a união não se refletia na unidade de luta pelo combate ao reformismo. Portanto, era uma tática sindical eleitoral e aparelhista. A incapacidade de alguns de realizar a luta contra a burocracia sindical não pode ser justificativa para a cisão.

Defendemos a Conlutas como uma frente de união das correntes políticas, que se reivindicam do marxismo, opositoras ao PT e PCdoB. Nos unir, disputar a consciência dos trabalhadores nos sindicatos cutistas, retomá-los para a luta. Isso é possível porque a política do PT e PCdoB se chocará com os interesses dos trabalhadores, mais cedo ou mais tarde, os trabalhadores se revoltarão contra essa política e a atuação conjunta poderá apresentar uma alternativa de direção.

O choque nos sindicatos e a retomada deles para a luta irá repercutir na CUT. De que forma? Levará depois à cisão? Não temos como adivinhar. Mas se vencermos na maioria dos sindicatos da CUT, isso irá repercutir de alguma forma na Central. Concordamos que ela está burocratizada, mas é preciso dar um combate pela maioria dos trabalhadores para confrontá-los com a atual direção. A luta de classes concreta nos mostrará o caminho a seguir depois.



A luta dos professores-SP contra as demissões anunciadas no projeto do governador Alckmin

A Corrente Proletária na Educação tem defendido:

1. Retirada definitiva do PL-26
2. Nenhuma emenda ao projeto que demite e retira direitos
3. Nenhum professor demitido
4. Efetivação de todos os professores OFAs que já estão na rede
5. Atendimento das reivindicações salariais e de melhorias às condições de ensino

Caso o governo não cumpra, que seja decretada a greve

Funcionários de Escola (SP): Prática do governo Geraldo Alckmin são os contratos temporários

O Governo Geraldo Alckmin/Chalita implementa há mais de 5 anos contratos temporários no setor administrativo, atingindo os funcionários de escola. Faz pela via das cooperativas ou pela contratação FDE/APM.

As manifestações ocorridas nas últimas semanas contra o projeto de Lei 26/2005, que trata dos contratos temporários, não teve grandes repercussões no setor dos funcionários de escolas, porque o governo já executa. As conseqüências foram e são penosas.

Como se dão essas contratações.

1. Pela via das cooperativas. Essas cooperativas são irregulares, pois contratam com o dinheiro repassado pela FDE, portanto dinheiro público, pagam menos que o salário mínimo (em torno de 260,00 reais ou 280,00) sem nenhum contrato (carteira assinada), sendo assim não se paga o 13% salário, férias etc.. O contrato não ultrapassa os 6 meses ou 9 meses, para não configurar uma contratação definitiva.

2º Pela FDE (Fundação de Desenvolvimento da Educação), que repassa o dinheiro da contratação para as APMs das escolas e estas contratam, por tempo determinado e sem os direitos trabalhistas.

3º Pelo governo por meio das frentes de trabalho (paga menos de um salário

mínimo). Os trabalhadores da frente de trabalho acabaram substituindo os funcionários de escolas.

Está aí toda a precarização do trabalho do funcionalismo público. Na prática, o projeto de Lei que o governo encaminhou para transformar-se em Lei, já vem sendo implementado.

O governo passou a contratar de forma temporária o funcionalismo público e nas piores condições (cooperativas irregulares etc.) começou primeiro no setor onde não encontrou nenhuma resistência. Agora quer estender a todos os contratos pela antiga Lei 500.

Uma diretoria apodrecida

A AFUSE (Associação dos Funcionários dos Servidores Estaduais) que é dirigida majoritariamente pela Articulação/PT, não foi capaz de impedir este ataque do governo. Trata-se de uma direção corrompida na política burguesa e envolvida em denúncias de roubo do dinheiro do trabalhador. Por isso, não organiza a resistência coletiva da classe e nem a unidade com o funcionalismo. Combate o método do enfrentamento direto e trabalha contra o instinto de luta da classe. Chama atos isolados, não apenas do restante do funcionalismo mais até

mesmo separando os próprios funcionários de escolas que estão divididos entre QAE (Quadro de Apoio Escolar) e QSE (Quadro Servidor Estadual). Portanto, nada tem a ver com os interesses dos funcionários de escola, que vivem à mingua.

O que devemos defender

Os governos estaduais estão implementando todas as reformas exigidas pelo imperialismo/Banco Mundial. Estão unidos com o governo do PT/Lula para golpear o funcionalismo público de todo o país. As greves das Escolas Federais, Técnicas Estaduais, dos Trabalhadores da Previdência Social e dos Correios são prova desses ataques.

A vitória dos trabalhadores depende da unidade e da força do movimento. Sem enfrentar os governos não arrancaremos nossas reivindicações de emprego e de conquistas trabalhistas. Não podemos pôr abaixo as reformas neoliberais que atacam os salários, as aposentadorias e os direitos. É preciso também construir uma nova direção classista e democrática para a Afuse. Varrer essa burocracia sindical e colocar o sindicato a serviço da luta coletiva dos funcionários de escolas e demais trabalhadores.

Trabalhadores em educação de Ceará Mirim resistem em greve de 50 dias

Os trabalhadores em educação de Ceará Mirim, desde março, iniciaram o processo de negociação com a prefeitura municipal. No entanto, este não teve avanços e a saída foi a paralisação total das atividades.

O governo de Ednólia Melo (PSDB) tem uma trajetória de repressão aos movimentos. Os trabalhadores em educação, todos os anos, desde o seu primeiro mandato, são levados a greve e todas as conquistas obtidas foram frutos de muita luta contra os ditames de Ednólia Melo. Durante a campanha eleitoral, a prefeita elaborou um programa de governo que as questões mais urgentes da categoria ela se comprometia em atender. Mesmo assim, grande parte dos trabalhadores em educação já tinha claro que qualquer conquista seria fruto de muita luta, pois, durante todo o seu primeiro governo, a prefeita procurou massacrar a educação. O município de Ceará Mirim conta hoje com a grande maioria das escolas com problemas que vão desde a estrutura física até as péssimas condições de trabalho. A prefeita entregou a administração do município a seu filho que concentra as secretarias de finanças, administração e planejamento. Todas as demais secretarias estão submetidas unicamente aos desmandos do Jerônimo Melo.

Após a campanha eleitoral, a prefeita desapareceu do município, vivendo de viagens e passeios no exterior, enquanto a população sofre com o aumento do desemprego com a falta de moradia, péssimas condições dos serviços essenciais, como saúde e educação etc. O quadro de funcionários tem sido insuficiente na educação e, para tentar mascarar essa situação, a prefeita contratou professores com um salário de R\$ 150,00, se negando a fazer concurso público. Além disso, aos concursados, paga salários diferenciados para uma mesma categoria. Nas escolas, os funcionários são obrigados a trabalhar exercendo diversas funções com uma sobrecarga de trabalho e sem nenhuma condição. O número de cargos gratificados aumentou enquanto o restante da categoria não teve reajuste desde o ano de 2004.

Frente a tudo isso, os trabalhadores em educação entenderam que mais uma vez precisariam enfrentar a prefeita Ednólia. A greve teve adesão de 91% da categoria. As assembléias realizadas contavam com um grande número de trabalhadores. A categoria passou a assumir para si a construção das atividades de greve. Foram feitas várias manifestações de rua que contaram com o apoio da população.

Rio Grande do Norte:

Eleição do SINSENAT: as táticas políticas desastrosas do PSTU

O SINSENAT é o sindicato dos trabalhadores municipais de Natal e tem em sua direção o PT. É uma ala que tenta manter o discurso radical, faz greves e, às vezes, toma atitudes de luta contundentes (ocupações, bloqueios etc.). Tenta, assim, diferenciar-se do “campo majoritário” do PT. É formado por ex-membros da Brasil Socialista, Tendência Marxista e até ex-Articulação. Mantêm-se atualmente independentes de correntes internas ao PT, mas preservam uma organização entre eles mesmos sem denominação (em torno das tarefas a serem realizadas na direção do SINSENAT).

Na greve mais recente da categoria, a direção conseguiu unificar a categoria em uma greve massiva. Em manifestação na Prefeitura realizaram uma ocupação – desocuparam logo depois que o Prefeito aceitou negociar.

Entretanto, no momento em que a greve estava forte, a direção (PT) propôs uma trégua na greve de 15 dias, em virtude das promessas da Prefeitura de atender as reivindicações. Utilizaram também a coincidência do Plano de Cargos e Salários (que estava na Justiça) ter dado o resultado favorável a categoria no período da greve, para fortalecer sua proposta e depois vender como vitória do movimento.

O movimento de greve, na verdade, não conquistou nenhum dos pontos reivindicados. Mas a direção dizia em panfleto que a greve teve uma vitória política e, realmente, afirmava que o resultado na Justiça era fruto da pressão da greve.

Alguns poucos diretores do SINSENAT, que também são professores, participam da Oposição Unida no SINTE junto, inclusive, com o PSTU.

A chapa 2 e a tática do PSTU

O PSTU organizou uma chapa, “Oposição pela base”. Defendeu a discussão na base sobre o papel da CUT para esconder sua intenção de dividi-la. Inclusive, esse foi o critério fundamental para a integração na Chapa, englobando setores identificados pela categoria como oportunistas (ex-PCdoB). Avaliou que a disputa estava acirrada e que a categoria estava descon-

ENADE: boicotar para derrotar a proposta governamental (PT/PCdoB)

No dia 6 de novembro, irá haver o provão do governo Lula (PT), o ENADE. A UNE silencia por que, dirigida pela UJS(PCdoB), apóia o governo e portanto atrela a entidade estudantil ao Estado anulando-a enquanto instrumento de luta.

Na UFRN, o POR tenta impulsionar a Conlute para organizar a campanha pelo boicote ao ENADE. O boicote é o instrumento capaz de derrotar o ENADE porque, se vitorioso, impede o seu estabelecimento, tornando-o inócuo.

Mas, algumas organizações políticas estão vendendo a “nota zero” como forma de boicote. É preciso entender que esta tática não leva a derrota do ENADE e é completamente diferente do boicote.

A “nota zero” além de colocar para o estudante sua submissão ao governo/Estado aceitando sua avaliação, política de sucateamento e ingerência na educação, não garante que todos os

estudantes irão cumprir. O que pode levar a problemas maiores depois.

O boicote é a ação direta coletiva dos estudantes que, através dos piquetes, garante o respeito da minoria a decisão da maioria em assembléia geral de base.

O CA de Letras da UFRN, por exemplo, influenciado politicamente pelo P-SOL, em seu panfleto denunciando o Enade, propunha o boicote confundindo-o com a nota zero. O P-SOL, que não possui centralismo entre seus militantes, quando pertencia a Executiva de Pedagogia no Estado, defendeu o boicote. Agora, dá um passo atrás, aceitando o Enade.

O boicote verdadeiro precisa da determinação coletiva e ação direta. A decisão da maioria deve ser respeitada pela minoria. É a única via para derrotar definitivamente o Enade demonstrando sua imposição.

O resultado da eleição demonstrou como o PSTU, que tem militantes na categoria, está distante dela, atua equivocadamente, e por isso colocou uma política empirista, sectária: chapa 1 (direção atual do SINSENAT), 1424 votos(86%); chapa 2 (Oposição pela base), 188 votos(11%). Está aí mais uma prova do erro da cisão da CUT defendida pelo PSTU. A política do PSTU refletiu na Oposição Unida no SINTE, pois, os trabalhadores em educação ligados a direção do SINSENAT não querem a união com os morenistas.

Na reunião anterior às eleições (12/set), em que o POR participou, caracterizou a direção do SINSENAT como burocrática, passível de fraude e utilização da máquina do Sindicato para vencer as eleições. Isso criou um sentimento de hostilidade entre os membros da “Oposição pela base” contra a chapa adversária, atual direção do SINSENAT (PT).

O programa da chapa do PT realmente fortalecia o corporativismo (continha apenas as questões específicas) e afirmava que a corrupção do governo Lula (PT) era responsabilidade de alguns da direção, provavelmente os que estão ligados a Articulação.

O POR manteve a unidade da Conlutas apoiando com uma nota e participação nas eleições, a chapa organizada pelo PSTU. Entretanto, percebeu que a avaliação dos morenistas estava completamente distante da realidade e a postura contra a chapa adversária estava sectária, não ajudando a categoria a compreender os erros da direção do SINSENAT.

A categoria vê a direção como combativa, que faz greve e luta contra o governo municipal. A categoria não faz a ligação direta com o partido. E o palavreado esquerdista, radicalizado e ainda de encaminhar greves (inclusive com ocupação da prefeitura), faz com que a direção do SINSENAT (PT) confunda os trabalhadores. A postura correta era trabalhar demonstrando concretamente a diferença da política da direção com a da oposição, trabalhar as questões específicas da categoria e denunciar os desvios da direção para demonstrá-la na prática.

O CA de Letras da UFRN, por exemplo, influenciado politicamente pelo P-SOL, em seu panfleto denunciando o Enade, propunha o boicote confundindo-o com a nota zero. O P-SOL, que não possui centralismo entre seus militantes, quando pertencia a Executiva de Pedagogia no Estado, defendeu o boicote. Agora, dá um passo atrás, aceitando o Enade.

O boicote verdadeiro precisa da determinação coletiva e ação direta. A decisão da maioria deve ser respeitada pela minoria. É a única via para derrotar definitivamente o Enade demonstrando sua imposição.

Congresso Metalúrgico do ABC

Teses da Corrente Proletária Metalúrgica ao Congresso do Sindicato Metalúrgico do ABC

Principais tarefas

A situação da classe operária e dos demais trabalhadores é grave. A classe capitalista tem aumentado a exploração.

No setor metalúrgico, vemos o quanto as montadoras têm exigido de produtividade. Intensifica-se o ritmo da produção, enquanto que os salários permanecem baixos. Aplica-se a flexibilização: aumenta a carga de trabalho, destrói postos de trabalho, demite-se em massa, terceirizam-se setores inteiros e rebaixam-se os salários.

O plano das multinacionais, que têm maior capacidade tecnológica, é o de reduzir ainda mais o número de operários. As pequenas e médias empresas, com menor capacidade tecnológica, são dependentes das multinacionais e sacrificam os operários com jornadas estafantes e salários de miséria.

Vemos que o capitalismo não expande a produção criando empregos necessários. Caminha no sentido contrário, empurrando grande parte das massas exploradas para o exército crônico de desempregados, que vivem na miséria absoluta.

O Estado e os governos protegem a classe capitalista contra a maioria oprimida.

Os explorados esperavam que o PT constituísse um governo de mudanças, oposto ao governo do PSDB\PFL\PMDB, que implantou a política de reformas antinacionais e antipopulares. Foi uma ilusão que está custando caro aos pobres da cidade e do campo.

Os sindicatos e a CUT foram subordinados ao governo e reforçaram a política pelega de colaboração de classe. Baseados nesses fatos, o Congresso Metalúrgico deve aprovar as seguintes tarefas;

1. Colocar a independência dos sindicatos e da CUT frente ao governo e aos partidos da ordem capitalista;
2. Romper o apoio ao governo PT\Lula dado pelas direções sindicais;
3. Aprovar um plano de reivindicações e de luta coletiva;
4. Restabelecer a democracia operária aprovando o retorno das eleições diretas para a diretoria do sindicato;
5. Aprovar uma campanha pela organização das comissões de fábrica;
6. Apoiar o movimento dos sem-terra;
7. Estabelecer uma política internacionalista de luta antiimperialista e anticapitalista.

Teses e Resoluções

1. Superar as ilusões nas eleições e no governo

O Congresso do Sindicato Metalúrgico do ABC ocorre em meio à crise política do governo PT\Lula e à situação de desemprego, arrocho salarial, miséria e fome. Ficou claro que a esperança de solução dos problemas da classe operária e dos demais explorados pela eleição de Lula não passou de ilusões. Os trabalhadores se iludiram na democracia burguesa e foram enganados pelo PT com suas promessas de reformas populares.

Quando Lula disse que ia resolver o desemprego de milhões, empregar a juventude, dobrar o salário mínimo, garantir três refeições ao dia a todo brasileiro e aplicar um plano de assentamento de sem-terra superior ao do governo FHC, chamou os explorados a confiarem no seu governo e a deixarem de lutar com suas próprias forças. O resultado foi o recuo do movimento operário e camponês, que ficou à espera do cumprimento das promessas.

As direções sindicais petista bloquearam as lutas apoiando o governo. Ficou claro que os sindicatos foram submetidos à política patronal de Estado.

O Congresso deve rechaçar o eleitoralismo e o apoio dos sindicatos ao governo. Colocar a independência política e organizativa dos movimentos. Aprovar o método da ação direta e a unidade na luta de todos trabalhadores. Aprovar uma resolução de retirada imediata de todos sindicalistas dos cargos governamentais e estatais. E todos que se candidatarem devem se desligar dos sindicatos. Nenhum financiamento de campanha pode ser feito pelo sindicato para as eleições.

2. Combater a corrupção com a política do proletariado

A crise do governo Lula resultou da luta interna ao Estado burguês. O PT assumiu o comando do país aliando-se a partidos da burguesia. Todos eles dependem do dinheiro dos banqueiros, industriais, latifundiários, empreiteiras etc.

O PT nunca foi um verdadeiro partido da classe operária – um partido operário revolucionário – que depende exclusivamente das contribuições dos próprios explorados. Um partido sem independência econômica não pode ter independência política dos exploradores do povo.

O PT se tornou uma potência eleitoral aceitando o financiamento da classe capitalista. Assim, comprometeu-se com os interesses de grupos econômicos e com partidos chamados de base aliada.

É claro que o PSDB e PFL iriam aproveitar a descoberta de que o PT estava fazendo tráfico político-financeiro, como eles mesmos fizeram no governo FHC e foram denunciados pelo PT. Os bandidos de ontem passaram a ser os éticos, moralistas e democráticos de hoje.

O importante é entender que o PT se aburguesou. Faliu como partido reformista, que pretendia transformar o Estado pela via eleitoral, mas acabou sendo transformado em mais um partido do Estado burguês. Ao se enlamear com o dinheiro da burguesia, completou seu estado de decomposição na política burguesa.

As CPIs não passam de instrumento de disputas entre as quadrilhas que comandam o Estado. Os trabalhadores não podem ter ilusões nas CPIs ou em qualquer instituição da burguesia.

O Congresso deve rejeitar a politicagem das CPIs e defender a constituição de um Tribunal Popular não só para julgar os crimes do PT mas de todos partidos da burguesia. Um Tribunal eleito pelos explorados e submetido ao seu movimento. O Congresso deve se colocar pela independência de classe frente às disputas interburguesas. Somente um Tribunal Popular poderá ter independência do Estado e dos partidos da burguesia. A burguesia não vai punir seus próprios crimes.

3. Combater a política econômica pró-imperialista

Muitos acreditavam que o governo Lula mudaria a política econômica voltada a pagar juros das dívidas interna e externa aos banqueiros. Não foi o que aconteceu e nem vai acontecer.

O saque de riquezas atinge profundamente a economia nacional. Quem paga são os trabalhadores com muito trabalho, desemprego, baixos salários, impostos etc. A saúde se despedaça no País, a educação não avança e os assentamentos minguaram. As contenções no orçamento social demonstram que a política econômica atende aos interesses do grande capital.

É o que acontece também com os planos de reformas neoliberais, entre eles o sindical e trabalhista.

Não por acaso, as potências internacionais e suas agências de intervenção (FMI\Bird) aprovam as diretrizes econômico-financeiras do governo.

O fato do governo PT\Lula atender as exigências do grande capital permite aos Estados Unidos usá-lo para intervenção no Haiti e para exercer pressões sobre movimentos na Bolívia, Equador, Venezuela e Peru. Há uma ligação entre a política econômica pró-imperialista e o intervencionismo disfarçado de democrático em favor da ordem mundial capitalista.

Setores da burguesia interna fazem oposição ao governo em torno de pontos como altas taxas de juros, pesada carga tributária e a política cambial, mas estão de acordo com os demais aspectos da política econômica e da cooperação com as potências.

Os trabalhadores não devem seguir os interesses particulares desse ou aquele grupo capitalista. Não se trata de defender uma revisão da política econômica para adaptá-la às necessidades das frações burguesas descontentes. Trata-se de combater a política econômica pró-imperialista do governo PT/Lula.

O Congresso deve aprovar uma resolução que defenda o não pagamento da dívida externa, nacionalização das multinacionais sem indenização, controle operário da produção, retirada das tropas do Haiti, expulsão dos Estados Unidos do Afeganistão/Iraque e fim de todo apoio ao intervencionismo imperialista.

4. Combater o desemprego, a miséria e a fome

São dois os pilares da miséria e da fome: o salário mínimo de 300 reais e o desemprego. Refletem o funcionamento econômico e social do capitalismo.

Programas como Bolsa Família não tiram milhões da condição miserável. São esmolas; e muito bem utilizadas politicamente para fins eleitorais. O mesmo acontece com projetos como Meu Primeiro Emprego.

De um lado milhões de jovens não têm trabalho, de outro os capitalistas continuam fechando posto de trabalho. A econo-

mia não cresce o suficiente para criar milhões de empregos necessários. E as multinacionais aumentam o desemprego tecnológico. O desemprego e o subemprego servem para rebaixar o valor da força de trabalho.

Como se vê, é preciso atacar a exploração capitalista do trabalho.

O Congresso deve aprovar um plano de reivindicações para unir os trabalhadores num só movimento contra os exploradores e seus governos. Um plano que conste: salário mínimo vital a ser calculado pelas assembleias segundo as necessidades reais, escala móvel das horas de trabalho (dividir as horas utilizadas para a produção no país entre todos os trabalhadores), reposição das perdas, incorporação do PLR, fim da terceirização e de todas medidas de flexibilização que aumentam a exploração, como banco de horas, redução da jornada com redução salarial, contratos temporários etc. Nesse mesmo sentido, rechaçar as reformas sindical e trabalhista que reforçam a burocratização dos sindicatos e favorecem a flexibilização capitalista do trabalho.

5. Defender os direitos democráticos dos trabalhadores

A lei de greve é um atentado da classe exploradora e de seu Estado contra os direitos democráticos dos explorados.

Só formalmente consta o direito dos assalariados manifestarem-se paralisando as atividades. As exigências são tão restritivas que o patronato se encontra protegido para fazer o que bem entender contra as condições de existência dos trabalhadores.

A justiça e a polícia trabalham para a classe capitalista. Constituem o braço repressivo do Estado para sufocar a revolta dos pobres e oprimidos.

Muitos acharam que com o governo do PT os direitos sindicais e trabalhistas seriam assegurados. Os projetos de reforma, nesse sentido, mostram o contrário. Aprimora a lei antigreve, dando maior proteção aos capitalistas. O governo não só manteve os instrumentos antidemocráticos existentes como os pretende ampliar por meio das reformas sindical e trabalhista.

Uma das medidas é o recrudescimento da legislação repressiva às greves.

O Congresso deve considerar que não há liberdade de greve no Brasil. E aprovar uma campanha pelo fim de toda legislação que inviabiliza o direito de greve e de manifestação. O Congresso deve determinar que o sindicato metalúrgico convoque o movimento operário e popular a se contrapor às reformas sindicais e trabalhistas do governo\empresário. E apresentar reivindicações de irrestrita liberdade de organização independente e garantias dos direitos trabalhistas.

6. Organizar uma rede de comissão de fábrica

A escassa organização fabril dos metalúrgicos permite que o patronato deteriore as relações de trabalho, sem que possamos reagir à altura.

A destruição de postos de trabalho, o esmagamento salarial e a implantação da flexibilização são grandes problemas que a classe operária tem de enfrentar com muita determinação. Mas há ainda

uma quantidade enorme de conseqüências vindas da exploração capitalista do trabalho. São acidentes de trabalho, precarização da saúde do trabalhador, não emissão da CAT, discriminações raciais, arbitrariedades patronais etc tais conseqüências.

Precisamos de um sindicato baseado numa organização fabril que responda diariamente à exploração e opressão.

O capitalismo é um regime social mundialmente em crise e a classe capitalista age diariamente contra os trabalhadores. O sindicato tem de responder às suas tendências destrutivas.

Como nosso sindicato não tem atuado com um programa de defesa dos assalariados e com os métodos da unidade coletiva, não vem constituindo uma rede de comissões de fábrica.

O que temos são comissões isoladas em algumas fábricas e burocraticamente controladas. Ao contrário, trata-se de organizar uma rede de comissões de fábrica independentes e que estejam coordenadas entre si, de forma que possam se reunir e definir o caminho da luta por meio das assembleias de fábrica e a assembleia geral, que deve ser soberana. Assim a direção sindical terá de expressar politicamente as necessidades do chão de fábrica. E a rede de comissões exercerá o controle sobre a direção sindical.

Certamente, o patronato não aceitará essa forma de organização independente e coordenada sem violenta resistência. Mas é com enfrentamentos que avançaremos a organização proletária capaz de se opor à barbárie do capitalismo. O maior obstáculo à construção das comissões independentes e classistas é a própria burocracia. É nossa tarefa enfrentar essa política contrária à organização fabril independente.

O Congresso deve aprovar a constituição de uma rede de comissões de fábrica. O sindicato convocará um congresso de delegados de base amplamente eleitos nas fábricas com o objetivo de organizar a rede de comissão de fábrica.

7. Restituir as eleições diretas no sindicato

A experiência com as eleições indiretas comprova que se eliminou uma das características fundamentais da democracia sindical.

O mecanismo de eleger os comitês sindicais e estes montarem a chapa, para depois se realizarem as eleições, inviabilizou a constituição de várias chapas. De fato, eliminou-se a possibilidade da oposição mudar a direção do sindicato.

As eleições no nosso sindicato se tornaram de chapa única, controlada pela direção. Perpetua-se assim o comando do sindicato por um grupo de sindicalistas. Inúmeras fábricas não têm comitês. E naquelas em que há o comitê, em sua quase totalidade, não há oposição. Os comitês são controlados pela direção e vigiados pelo patrão, que reprime qualquer movimento oposicionista.

Não é por acaso que a sucessão na direção do sindicato assemelha-se a uma dinastia.

A eleição da chapa saída dos comitês controlados pela direção é uma farsa democrática. Os trabalhadores não têm como discutir programas e posições políticas distintas e votar em chapas concorrentes.

O congresso deve aprovar uma revisão do estatuto e levar a discussão ao chão de fábrica, para que os operários decidam a volta das eleições diretas, com formação de chapas em igualdade de condições e total liberdade de defesa dos programas.

8. Apoiar o movimento dos explorados do campo

O movimento camponês pela terra já mostrou toda sua importância para a luta contra a opressão capitalista.

Os latifundiários e a agroindústria não cedem à reforma agrária. E o governo ludibria com a política de assentamento.

A busca de solução por meio do governo Lula se mostrou infundada. As metas não saem do papel, enquanto milhares de sem-terra passam privações. O MST seguiu a política do PT e ajudou a eleger Lula. Deu trégua nas ocupações. Mas prevaleceu o poder dos donos de terra.

O processo de concentração da propriedade agrária continua, sob o capital da agroindústria. E com isso aumenta a pobreza das massas camponesas. Esgota-se a via dos assentamentos, que nunca constituíram de fato a reforma agrária.

As desapropriações e as ricas indenizações foram um tapa buraco para a burguesia e seu governo contornarem a luta de classe no campo. O governo Lula terminou por demonstrar que essa solução se esgotou. Acima das necessidades dos sem-terra estão a propriedade da terra, a agroindústria, os exportadores e o capital financeiro credor.

A classe operária é a força capaz de ajudar os camponeses a enfrentarem os ataques do capital contra suas vidas e seus movimentos. Estamos atrasados na unidade da cidade e do campo, devido à política reformista e corporativista que predomina no movimento social em geral. É preciso superar a divisão dos explorados para que se transforme a luta camponesa pelos assentamentos em luta pela revolução agrária. Ou seja, pela expropriação sem indenização da grande propriedade e entrega das terras aos camponeses pobres.

O congresso metalúrgico não pode deixar de discutir os problemas econômicos e sociais de fundo histórico, como o da revolução agrária e o da revolução proletária, que estão interligadas. Defendemos que aprove uma resolução pela unidade operária e camponesa. Apoio ao movimento agrário das massas, combate à repressão latifundiária, punição de todos os crimes da burguesia contra os sem-terra e revolução agrária.

9. Luta anticapitalista

Os operários do mundo todo padecem com a impossibilidade do capitalismo criar empregos em grande escala e com a destruição de parte dos existentes.

A capacidade de produção é gigantesca, mas o mercado mundial se estreita com o aumento de milhões sendo jogados na pobreza absoluta. As forças produtivas estão em choque com as relações de produção controladas pelos monopólios industriais e comerciais. O parasitismo financeiro impera. Banqueiros e especuladores sangram os países atrasados.

Mesmo saqueando a maioria das nações, as potências já não podem poupar sua classe operária. O desemprego persiste, cresce o subemprego, os salários são reduzidos, a previdência pública substituída pela privada e a flexibilização imposta. Em toda parte, a burguesia e seus governos atacam a vida das massas.

O aumento da opressão nacional é outra face da crise capitalista. A guerra no Iraque e no Afeganistão expressa a necessi-

dade das multinacionais e do capital financeiro submeterem as fontes naturais de riqueza. O massacre no Iraque retrata a barbárie do capitalismo.

Os EUA atuam na América Latina para quebrar as conquistas da revolução cubana, organizam golpes contra o governo nacionalista venezuelano e pressionam o governo brasileiro a atuar na contra-revolução, a exemplo da Bolívia e Equador.

O congresso deve se colocar pelo internacionalismo proletário, pela unidade antiimperialista dos povos submetidos pelas potências e pela autodeterminação das nações oprimidas. A luta antiimperialista liderada pela classe operária leva à luta anticapitalista pela transformação da grande propriedade dos meios de produção em propriedade coletiva.

O ABC concentra a camada mais avançada da classe operária do país. Isso porque reúne as mais importantes multinacionais. É de nossa responsabilidade expressar o programa socialista e lutar para avançar a consciência revolucionária da maioria oprimida. O congresso metalúrgico deve dar um passo à frente na defesa do controle operário da produção, por um governo operário e camponês e pela expropriação da grande propriedade.

Plano de Lutas

1. Retirada do apoio dado pelas direções sindicais ao governo PT/Lula;
2. Que nenhum sindicalista ocupe cargos no governo e nas instituições ligadas a ele.
3. Total independência da CUT em relação ao Estado, ao governo e aos partidos da burguesia;
4. Defesa da vida das massas: salário mínimo real calculado pelas assembleias operárias e populares; emprego a todos aplicando a escala móvel das horas de trabalho; recuperação das perdas e escala móvel de reajuste salarial;
5. Defesa da juventude: nenhum jovem fora do trabalho, ne-

Boletim da Oposição (Chapa 2) sobre a greve da Volks

Reproduzimos o texto distribuído:

Nossa greve precisa mudar de passiva para a ativa. Ou seja, não podemos manter a greve ficando em casa. Se a Volks não apresentar uma proposta que atenda nossa reivindicação, devemos continuar a greve, com manifestações e bloqueio da Anchieta, atos em frente das demais montadoras buscando solidariedade operária e piquetes massivos contra a pressão da Volks para furar a greve.

Devíamos ter feito isso desde o começo. Mas agora ou tornamos nossa greve ativa ou a Volks não atenderá nossa reivindicação de R\$ 5.500 de PLR.

Os trabalhadores de São Carlos pegaram, em 2004, R\$ 2.700 de PLR. Este ano, aprovaram uma proposta de R\$ 3600, podendo chegar a R\$ 4030. Tiveram um aumento de 33% em relação à proposta do ano passado.

Nós, da fábrica Anchieta, pegamos R\$ 4.204 de PLR no ano passado e este ano em plenária reivindicamos R\$ 5.500, que significa menos de três centavos por cada carro produzido. Apenas 31% em cima do valor do ano passado.

Vocês estão vendo que a imprensa não publica nada e nem mesmo a Tribuna Metalúrgica fez campanha em defesa de nos-

nhum jovem fora da escola. Jornada de 4 horas na produção e o restante na escola. Salário de acordo com as necessidades. Fim do trabalho mutilador das capacidades físicas e mentais dos jovens;

6. Fim da Reforma da Previdência que dificulta ainda mais as aposentadorias para os trabalhadores, mantém a maioria na profunda miséria, que não elimina os privilégios dos juizes, deputados e governantes e que favorece os lucros dos fundos de pensão privados;

7. Fim da Reforma Sindical e Trabalhista, que fortalece a burocracia sindical, que expropria os já minguados salários por meio das taxas negociais e que mantém a repressiva lei de greve.

8. Anulação de todos os acordos de "flexibilização do trabalho", que retiram direitos, reduziram postos de trabalho e favoreceram o aumento da produtividade (exploração do trabalho);

9. Recuperação das estatais privatizadas, sob o controle coletivo operário;

10. Fim do latifúndio e entrega das terras aos camponeses, sob o controle dos comitês agrários. Organização da auto-defesa armada dos camponeses contra as milícias dos latifundiários e contra a violência estatal. Apuração e punição de todos os crimes dos latifundiários e dos governos contra os camponeses;

11. Rompimento com o imperialismo. Denúncia dos acordos e contratos, não pagamento da dívida externa, não à Alca, fim de todo acordo militar com o imperialismo, expropriação sem indenização das multinacionais e controle operário da produção;

12. Estatização do capital financeiro, voltada à produção e apoio aos pequenos e médios produtores;

13. Combate ao imperialismo, defesa da autodeterminação dos povos, fim do colonialismo dos Estados Unidos sobre o Iraque e outros países. Fim do intervencionismo econômico e militar do imperialismo sobre os países semicoloniais.

14. Luta pelo fim do capitalismo: trabalhar pela revolução e ditadura proletárias, lutar sob a estratégia do governo operário e camponês, organizar a frente única antiimperialista e a aliança operária e camponesa.

sa greve, que é necessária e justa.

Os patrões querem nos sufocar pelo silêncio e pela repressão interna. Assim, pressionam para que a greve seja furada. Os mensalistas e encarregados são utilizados para quebrar nosso movimento. Por isso, a greve em casa não pode vencer a inflexibilidade dos patrões e daqueles que entre nós não lutam para sairmos vitoriosos.

Por que a Volks não quer atender nossa reivindicação?

Porque o presidente da Volks veio com o objetivo claro de quebrar os trabalhadores e quer que retornemos ao trabalho derrotados. A Volks terceirizou milhares de postos de trabalho e não cumpriu o acordo de fabricação do Fox Europa aqui na Anchieta.

Se sairmos derrotados dessa luta, a Volks vai aumentar ainda mais o ataque aos nossos direitos. Por que sair derrotados, se podemos continuar em luta e conquistar a vitória assim como São Carlos e Taubaté?

Para sairmos vitoriosos desse conflito, a coordenação e sindicato têm de convocar todos os trabalhadores para retirar os encarregados que estão furando a greve e depois fechar a Anchieta, para que a população saiba a intransigência da Volks e lutemos para ganhar apoio dos trabalhadores.

Nesta edição:

- O que significaram as eleições na Alemanha
- Bolívia: Os Protestos, Manifestações e Ações de Massas Encobrem as Mentiras dos Polítiques que Recorrem a Palhaçadas para Serem Governo
- Bolívia: Resoluções do Oitavo Ampliado da Central Regional de El Alto

Artigos do Cerqui
**Comitê de Enlace
 pela Reconstrução
 da IV Internacional**



O que significaram as eleições na Alemanha

O Partido Social Democrata (SPD) evitou uma derrota frágil nos últimos instantes dos embates eleitorais com a coligação União Democrata Cristã/União Social Cristã (CDU-CSU). Obteve 222 cadeiras no Parlamento e a coligação cristã, 225. Os demais concorrentes: Partido Democrata Liberal (FDP), 61; Partido da Esquerda, 54 e Partido Verde; 51 cadeiras.

Finalmente, o candidato derrotado do SPD, Gerhard Schröder, chegou a um acordo com a coligação CDU-CSU, da candidata vitoriosa Angela Merkel.

Analistas explicam que o Partido Social Democrata conseguiu reverter a margem de cerca de 20%, chegando quase a um empate com a União Democrata Cristã, devido ao receio de parte da população alemã do projeto de cortes sociais, rebaixamento salarial e programa de flexibilização do trabalho. Outros dizem que o governo do Partido Social Democrata, sob o comando do chanceler Schröder, foi incapaz de aplicar medidas de quebra de conquistas sociais da classe operária, para a Alemanha ganhar posição concorrencial na Europa e no Mundo.

De fato, o governo social-democrata não pôde aplicar na íntegra seu programa de ataque aos assalariados, denominado Agenda 2010, concebido em 2003. Mas era seu objetivo, ditado pelo lugar sensível da Alemanha na crise mundial do capitalismo e, particularmente, da Europa.

Está claro para a burguesia que a proteção do grande capital, nas condições de estreitamento do mercado e de agigantamento do parasitismo financeiro, depende do sacrifício de seus trabalhadores.

Angela Merkel apresentou-se nas eleições com essa clarividência e com um projeto de governo correspondente. Eis alguns dos pontos de sua plataforma: reforma tributária para potencializar setores monopolistas; aumento de impostos;

rebaixar o seguro-desemprego; rebaixar salários; flexibilizar o contrato de trabalho e cortar verbas destinadas a agências de emprego estatais.

As concessões sociais do governo à população após a segunda guerra, sob a direção da própria União Democrata Cristã, liderada por Konrad Adenauer, vêm sendo arrancadas no último período. Mas o gradualismo já não corresponde à dimensão da crise, que se avizinha. Merkel propõe um choque “neoliberal”, que os analistas comparam com o de Margareth Thatcher, na Inglaterra.

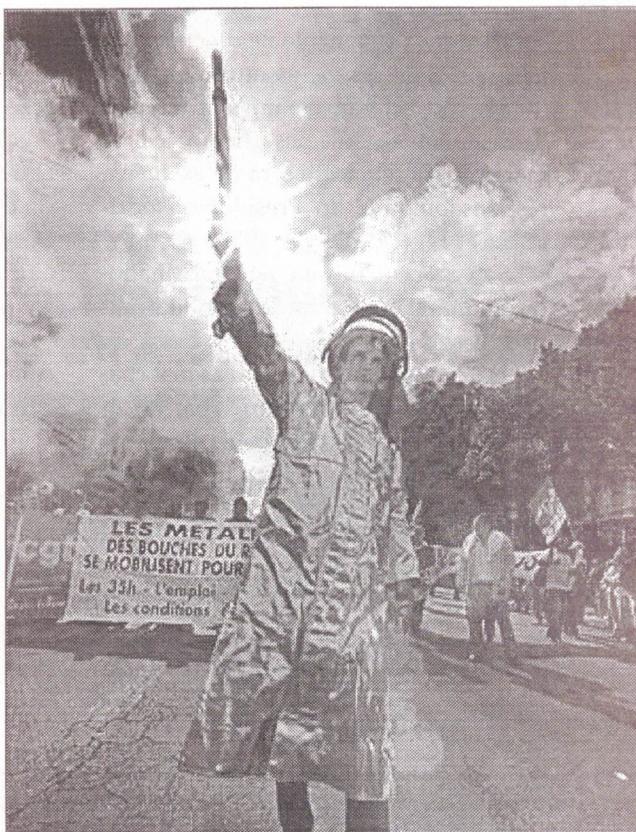
Tudo indica que os ataques iniciais atingirão a previdência e seguirão seu curso contra os desempregados, os empregos e os salários. A taxa de desemprego é de 9% e 20% na parte oriental. A tendência é de crescimento.

A burguesia necessita se livrar do seguro desemprego e precarizar o contrato de trabalho. É o que o capitalismo vem fazendo no mundo todo, cuja profundidade e ritmo das medidas antio-perárias dependem da luta de classe em cada país.

A vitória apertada da CDU não impedirá que a burguesia lance um ataque frontal às condições de vida das massas alemãs.

Os sindicatos são dirigidos pela burocracia social-democrata. Terá de colaborar para que o governo de coalizão CDU/PSD imponha o programa da reação capitalista. Certamente haverá crise no seio da coalizão. Os operários terão de se chocar com a direção dos sindicatos.

É bem possível que se abrirá um novo período de luta de classe na Alemanha. A construção do partido da IV internacional é o grande problema a ser enfrentado. A unidade proletária na Europa é uma condição para combater a ofensiva do capital contra o trabalho no próximo período.



A greve geral na França teve a classe operária com seus piquetes em defesa do emprego e salário

Bolívia:

Os Protestos, Manifestações e Ações de Massas Encobrem as Mentiras dos Politiqueiros que Recorrem a Palhaçadas para Serem Governo

A maioria da população não percebe que de cima pra baixo impuseram o início da campanha eleitoral. Ninguém se atreve a sustentar que nos encontramos numa etapa de eleições para selecionar as personalidades que farão parte de todas as esferas de governo. Nas ruas e, menos ainda nos lares, nenhuma pessoa se dedica a procurar o candidato para o qual irá dar seu voto.

Não devemos esquecer que, na Bolívia, votar deixou de ser um direito (o que quer dizer que as pessoas deveriam decidir livremente se o fariam ou não), converteu-se numa obrigação imposta pela lei. Os que se abstêm são castigados

conforme a lei. Apesar disso, uma importante massa de oprimidos e explorados está utilizando agora, depois de um longo processo de abstencionismo, o repúdio às eleições para potenciar suas lutas contra o regime burguês, contra o capitalismo.

Até meados da quarta década do século passado, as massas abrigaram a esperança de que, utilizando corretamente o voto nas eleições, conseguiriam acabar com a opressão e a exploração da maioria nacional. Tiveram de suportar por muito tempo o calvário da ditadura da classe governante para chegar à conclusão de que unica-

mente a ação direta das massas, a luta de classes, que é violência que se contrapõe ao legalismo governamental, pode acabar com a ditadura e super-exploração burguesas.

O POR contribuiu em muito para essa evolução política das massas. Em 1947, o Bloco Mineiro Parlamentar cumpriu a tarefa de converter o Legislativo em Tribuna Revolucionária, buscando orientar e organizar as massas para materializar a revolução da classe operária.

Extraído do jornal "Masas" boliviano nº 1965 de 23/09/2005

Bolívia:

Resoluções do Oitavo Ampliado da Central Regional de El Alto (9 de Setembro de 2005)

Nós trabalhadores da cidade de El Alto, depois de ter concedido uma trégua de três meses ao governo do Presidente da República Eduardo Rodriguez Veltzé, decidimos voltar às ruas para exigir o cumprimento de nossas reivindicações

A tolerância e a paciência que temos demonstrado nesses três meses foram confundidas com estupidez e amnésia pelos ministros que nos têm por bobos.

Uma vez mais os trabalhadores altenhos, ratificando nossa unidade inquebrantável em torno da COR altenha, decidimos romper o silêncio e preparar nossas fileiras para lutar contra o atual governo que, sob pretexto de que sua principal missão é convocar as eleições, acabou negligenciando sistematicamente nossas reivindicações.

Nós trabalhadores afirmamos que a mobilização unitária que começamos não será executada por alguns radicais ou um bando de selvagens, mas por

aqueles que novamente negligenciaram nossas exigências. Se as atuais eleições (que se converteram em um instrumento de desmobilização e desarticulação) rumarem para o boicote será de exclusiva responsabilidade do Presidente Rodriguez.

Sob essa conjuntura, nós trabalhadores altenhos no marco da absoluta unidade resolvemos:

1) Romper o dialogo com as mal chamadas "mesas de trabalho" com o Governo Central, por serem simplesmente distracionistas e destinadas a protelar as aspirações do povo altenho.

2) Exigir a renuncia dos ministros e autoridades do aparato estatal (como o caso do servil neoliberal Jorge Lazarte) e vetar a viagem do Presidente Rodriguez, pois como se dizem governo de transição não precisam desperdiçar o dinheiro do Estado.

3) Reafirmar nossa Pauta de Reivindicações Regional altenha:

a) Transferência do aeroporto internacional e a construção de um centro co-

mercial em El Alto

b) Aumento do orçamento para a criação de emprego através do PLANE

c) Aumento do orçamento para a Universidade Pública

d) Criação de um Fundo Especial de Desenvolvimento de El Alto, através da alocação de 20% dos impostos diretos sobre os Combustíveis

e) Outros temas que serão acordados com as Federações e Sindicatos afiliados à COR altenha

4) Realizar uma Marcha de Protesto da Cidade de El Alto até La Paz

5) Elaborar um cronograma de mobilizações permanentes com marchas, bloqueios, greves etc.

6) Articular a classe operária através de comissões de promoção de seminários, oficinas de capacitação sindical etc.

Extraído do jornal "Masas" boliviano nº 1964 de 16/09/2005